

PODER LEGISLATIVO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

PROJETO DE LEI

Nº 821/2023

AUTORES:

DEPUTADA MABEL CANTO, DEPUTADO GILSON DE SOUZA, DEPUTADO GOURA, DEPUTADA CLOARA PINHEIRO, DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN, DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI, DEPUTADA ANA JÚLIA, DEPUTADA MARLI PAULINO, DEPUTADA CANTORA MARA LIMA

EMENTA:

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI Nº 21.053, DE 23 DE MAIO DE 2022, QUE “DISPÕE SOBRE A PRESENÇA DE DOULAS NO TRABALHO DE PARTO, PARTO E PÓS-PARTO IMEDIATO, MEDIANTE SOLICITAÇÃO DA PARTURIENTE”.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 821/2023

PROJETO DE LEI Nº ____/2023

Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 21.053, de 23 de Maio de 2022, que “Dispõe sobre a presença de doulas no trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, mediante solicitação da parturiente”.

Art. 1º Altera o §4º do art. 1º da Lei nº 21.053, de 23 de maio de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 4º É vedado aos estabelecimentos especificados no caput deste artigo a cobrança de emolumentos de qualquer natureza sobre a prestação de serviços da doula.

Art. 2º Altera a redação do art. 4º, da Lei nº. 21.053/2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º O não cumprimento das obrigações instituídas na presente Lei sujeita os infratores às seguintes penalidades:

I – se estabelecimento privado, multa de 100 UPF/PR (cem vezes a Unidade Padrão Fiscal do Paraná) até 2.000 UPF/PR (duas mil Unidade Padrão Fiscal do Paraná)

II – O valor da multa previsto no inciso I deste artigo deve levar em conta a capacidade financeira do estabelecimento infrator e a reincidência.

III – se órgão público, abertura de sindicância e aplicação das penalidades previstas na legislação.

Art. 3º Acresce o art. 5º à Lei nº. 21.053/2022, com a seguinte redação:

Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei, definindo a destinação dos valores arrecadados por meio da aplicação da multa prevista no art. 4º.

Art. 4º Acresce o artigo 6º à Lei nº. 21.053/2022, com a seguinte redação:

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 2 de outubro de 2023.

CLOARA PINHEIRO

Deputada Estadual e Procuradora da Mulher

MABEL CANTO

Deputada Estadual e Líder da Bancada Feminina

CRISTINA SILVESTRI

Deputada Estadual

LUCIANA RAFAGNIN

Deputada Estadual

GILSON DE SOUZA

Deputado Estadual



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

GOURA

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por escopo a alteração da Lei nº 21.053, de 23 de Maio de 2022, que “dispõe sobre a presença de doulas no trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, mediante solicitação da parturiente”.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

O objetivo é retirar da legislação vigente a possibilidade de cobrança de paramentação oferecida à doula, bem como incluir uma penalidade para os estabelecimentos em caso de descumprimento da legislação.

A doula é uma profissional que tem como função o acompanhamento da gestante durante o período de gravidez, parto e período pós-parto, além de apoiar, informar e oferecer suporte físico e emocional para a gestante.

O exercício profissional da doula envolve diversas atividades, dentre as quais, a que mais se destaca é a atividade de auxílio no trabalho de parto, pois a sua presença em todo o processo junto a parturiente, a encoraja e a mantém tranquila. Isso ocorre porque a doula se preocupa em manter o ambiente tranquilo, acolhedor, permitindo que a gestante vivencie esse processo fisiológico de forma plena, e que se sinta como a verdadeira protagonista do seu parto.

A humanização do parto, devido ao trabalho das doulas, também fortalece o vínculo da mãe com o seu bebê, devido ao contato pele a pele logo na primeira hora de nascimento do bebê, a chamada Golden Hour, ou “Hora de Ouro”, e no sucesso do aleitamento materno.

Contudo, mesmo após a aprovação da Lei nº 21.053/2022, as doulas continuam encontrando dificuldades para realizarem o seu trabalho em razão das Maternidades não respeitarem o cumprimento da Legislação. Em recente estudo que a ADOUC – Associação de Doulas de Curitiba e Região Metropolitana encaminhou para a Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa do Paraná, relatam que em muitos locais a Lei não é cumprida na íntegra ou até mesmo é ignorada.

Relatam também que, as Instituições de Saúde Pública e Privada tem solicitado formas de cadastramento e atualização de cadastro excedentes ao que a Lei determina, bem como, não permitem revezamento entre as profissionais e condicionam a ação das Doulas à autorização de um médico, dificultando a atuação dessas profissionais de saúde.

Desse modo, o presente Projeto de Lei visa garantir a aplicabilidade da Lei para que as gestantes possam ter uma assistência humanizada e de qualidade, visando o bem-estar da parturiente e do recém nascido, bem como que, as doulas possam exercer o seu papel conforme as garantias determinadas na Legislação.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares para aprovação do presente Projeto de Lei.



DEPUTADA MABEL CANTO

Documento assinado eletronicamente em 29/09/2023, às 10:52, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



DEPUTADO GOURA

Documento assinado eletronicamente em 29/09/2023, às 11:05, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>



DEPUTADO GILSON DE SOUZA

Documento assinado eletronicamente em 29/09/2023, às 11:06, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



DEPUTADA CLOARA PINHEIRO

Documento assinado eletronicamente em 29/09/2023, às 11:06, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



DEPUTADA ANA JÚLIA

Documento assinado eletronicamente em 29/09/2023, às 11:51, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI

Documento assinado eletronicamente em 29/09/2023, às 14:43, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



DEPUTADA MARLI PAULINO

Documento assinado eletronicamente em 02/10/2023, às 08:58, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN

Documento assinado eletronicamente em 02/10/2023, às 10:57, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



DEPUTADA CANTORA MARA LIMA

Documento assinado eletronicamente em 02/10/2023, às 12:43, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento> informando o código verificador **821** e o
código CRC **1D6A9B5C9F9A4BC**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

INFORMAÇÃO Nº 12259/2023

Informo que esta proposição foi apresentada na **Sessão Ordinária do dia 2 de outubro de 2023** e foi autuada como **Projeto de Lei nº 821/2023**.

Curitiba, 2 de outubro de 2023.

Camila Brunetta
Mat. 20.373



CAMILA BRUNETTA SILVA

Documento assinado eletronicamente em 02/10/2023, às 15:37, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento> informando o código verificador **12259** e o código CRC **1C6D9D6F2D7F1AB**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Lei 21.053 - 23 de Maio de 2022

Publicada no [Diário Oficial nº. 11181](#) de 23 de Maio de 2022

Dispõe sobre a presença de doulas no trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, mediante solicitação da parturiente.

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Será permitida a presença de doulas, sempre que solicitado pela parturiente, durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, independente da via de nascimento, em maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada do Estado, sem ônus e sem vínculo empregatício especificados nesta Lei.

§ 1º Para os efeitos desta Lei e na forma da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, código 3221-35, doulas são acompanhantes de parto escolhidas livremente pelas gestantes e parturientes, com certificação ocupacional em curso específico para essa finalidade.

§ 2º A presença das doulas será autorizada após prévio cadastramento no estabelecimento onde será realizado o parto, com a apresentação dos seguintes documentos:

I - carta de apresentação contendo o nome completo, endereço, número do CPF e do RG da Carteira de Identidade, contato telefônico e endereço eletrônico, bem como a autorização da gestante para a atuação da doula;

II - cópia de documento oficial de identidade com foto;

III - cópia do certificado ocupacional em curso para essa finalidade;

IV - relatório com a descrição de ações de apoio e conforto que serão utilizadas no momento do trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, e com o planejamento das ações que serão desenvolvidas durante a assistência da doula.

§ 3º A presença de doula e de acompanhante, na forma prevista em lei, deverá ser garantida a despeito do espaço físico do centro obstétrico não atender às especificações da Resolução - RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, do Ministério da Saúde, ou outra que a venha substituir.

§ 4º É vedado aos estabelecimentos especificados no caput deste artigo a cobrança de emolumentos de qualquer natureza sobre a prestação de serviços da doula, com exceção da cobrança de paramentação oferecida à doula.

Art. 2º É vedado às doulas a realização de procedimentos privativos da equipe médica e de enfermagem, conforme regulamentos do Conselho Regional de Medicina - CRM-PR e do Conselho de Enfermagem - COREN-PR.

Art. 3º A presença das doulas não exclui a presença de acompanhante previsto a Lei Federal nº 11.108, de 7 de abril de 2005.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor trinta dias contados da data de sua publicação.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Palácio do Governo, em 23 de maio de 2022.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Mabel Canto
Deputada Estadual

Cristina Silvestri
Deputada Estadual

Luciana Rafagnin
Deputada Estadual

Gilson de Souza
Deputado Estadual

Goura
Deputado Estadual



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

INFORMAÇÃO Nº 12327/2023

Informo que, revendo nossos registros em busca preliminar, constata-se que a presente proposição não possui similar nesta Casa.

Curitiba, 3 de outubro de 2023.

Danielle Requião
Mat. 20.626



DANIELLE REQUIAO

Documento assinado eletronicamente em 03/10/2023, às 13:52, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento> informando o código verificador **12327** e o código CRC **1E6B9F6A3F5A1BD**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

DESPACHO - DL Nº 7852/2023

Ciente;

Encaminhe-se à Comissão de Constituição e Justiça.

Dylliardi Alessi
Diretor Legislativo



DYLLIARDI ALESSI

Documento assinado eletronicamente em 06/10/2023, às 14:19, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento> informando o código verificador **7852** e o
código CRC **1A6E9E6F3C5C7AC**